O Golpe em Marcha

O anunciado Ato contra o congresso e o Supremo Tribunal Federal continua em marcha. Apesar de desmentidos e manobras diversionistas, não foi oficialmente desconvocado ou adiado. Será mesmo no próximo dia 15 de março, um mês que está associado ao Golpe de 64 e tem um sentido simbólico muito claro. O presidente Bolsonaro terminou por anunciar seu apoio à iniciativa, antes de partir para os EUA, para encontro com Donald Trump. O ato tem o sentido claro de difundir na população não apenas a possibilidade, mas a necessidade de se suprimir a atividade destas duas instituições, que, segundo o General Heleno, estão “atrapalhando o Governo”. Aliás, a convocação para o ato passou a ser prestigiada por nada menos que o Clube Militar, presidido pelo próprio. Não há dúvida nenhuma que estas forças querem mudar o regime político do país, substituindo a democracia restrita atual por uma ditadura aberta, em que não vigorem as liberdades democráticas. Não se pode condenar tal movimento por estar mentindo sobre seus objetivos, eles são claros e tem sido divulgados não apenas pelo Presidente do país e por seu assessor militar direto, como tem-se usado largamente as redes sociais para divulgar o ato. Por essa razão, não pode haver nenhuma dúvida que as forças democráticas do país devem impedir a realização deste ato.

Não é democrático permitir que os golpistas se reúnam em praça pública com o objetivo de marchar sobre o Congresso e o STF e talvez atear fogo, como foi feito na Alemanha em 1933 com o Reichstag, e colocar a culpa nos partidos de oposição. Até agora, no entanto, não foi tomada nenhuma medida para a proibição legal da manifestação por nenhuma instituição objeto da agressão pelos golpistas. Tanto o Congresso como o STF parecem acreditar que ou o ato não tem o objetivo propalado, ou vai carecer de efetiva participação popular. Os sinais de ação desses grupos dos chamados “bolsominions” não apontam nesse sentido. Pelo contrário, há adesão ao ato por vários grandes empresários, que certamente obrigarão os seus empregados a lhe seguirem. Os segmentos repressivos do Estado já demonstraram estar politizados e ativos, sejam nas manifestações grevistas, sejam na eliminação de prováveis inimigos do Governo. Cotidianamente, em ações repressivas constantes contra atividades da sociedade civil como festas, danças, carnaval, atividades culturais  que se coloquem contra o governo. Muitas decisões judiciais têm a clara intenção de criminalizar estas atividades, sem falar na arbitrária ação do Tribunal Superior do Trabalho contra a Greve dos Petroleiros.

Portanto, cabe às forças democráticas e progressistas tomar, desde já atitudes claras e abertas contra a realização dos atos golpistas. O ideal é que se faça a divulgação ampla desses ataques dos golpistas, através de palestras, panfletos, mini -passeatas de setores localizadas. É preciso que as associações da sociedade civil da área jurídica atuem no sentido de tornar proibidas estas manifestações, com base na Constituição ainda em vigor, onde se prevê isto. É preciso que se crie uma onda de indignação e protesto contra estas tramas antidemocráticas, nas escolas, fábricas, e nas famílias.

Finalmente, é urgente e necessário que os movimentos populares e democráticos marquem atos para o mesmo dia e local dos atos fascistas, impedindo ou dificultado a sua realização. Isso é só o começo de uma mobilização permanente que deve se produzir na sociedade civil para interromper, enquanto é possível, a ação e a proliferação destes grupos fascistas com objetivo de destruição da democracia no país